



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 138.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Camargo e Airton Cordeiro.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quilse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.^o 75/80

Curitiba, 11 de novembro de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Paranaguá, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado na sede do referido município.

O imóvel em causa foi havido pelo Estado por doação do Município de Paranaguá, para edificação do prédio do Forum da Comarca. Tal edificação foi concluída, e o Forum nela instalou-se. Ocorre que alguns anos após, em função do crescimento dos serviços forenses, tornou-se necessária a construção de novo prédio, mais amplo e adequado a tais fins.

A Prefeitura de Paranaguá, para construção do novo Forum, igualmente doou o necessário terreno, tendo ainda participado das despesas com a execução de obra.

Assim sendo, é indiscutivelmente justo que o imóvel

não mais ocupado pelo Poder Judiciário reverta ao patrimônio do Município de Paranaguá.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Paranaguá, o imóvel situado à rua Corrêa de Freitas, constituído por um edifício em alvenaria com 805,00 metros quadrados e respectivo terreno adquirido do referido município, conforme escritura pública de doação, transcrita sob n.^o de ordem 21.151, às fls. 284, do livro 3.S, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.^o 76/80

Curitiba, 11 de novembro de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio SEPL n.^o 156, celebrado em 25 de outubro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de ADRIANÓPOLIS, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras séries do ensino de primeiro grau.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.^o 77/80

Curitiba, 11 de novembro de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio SEPL n.^o 126, celebrado em 16 de setembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, visando ao estabelecimento de mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesses do Estado e de seus municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-

tero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 78/80

Curitiba, 11 de novembro de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados com os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícias, CIRETRANS e Cadeias Públicas, nas sedes dos municípios signatários:

Município	Data do Aditivo
Cascavel	30/07/80
Cascavel	17/06/80
Moreira Salles	02/07/80
Paranapoema	23/04/80
São Miguel do Iguçu	05/05/80
Toledo	11/06/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 79/80

Curitiba, 11 de novembro de 1980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 24 de outubro de 1980, a convênios celebrados em 13 de agosto de 1979, entre o Estado do Paraná e os Municípios de SÃO JORGE DO IVAÍ e TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede dos municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

OFÍCIO:

Sob o n.º 120/80, de 06 do mês em curso, do Senhor Benedito Silva Giglio, Presidente da Câmara Municipal de Serтанópolis, encaminhando a este Poder, requerimento aprovado por unanimidade por aquela Casa de Leis em sessão realizada dia 05 de novembro do corrente ano.— Ciente. Arquite-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de regozijo

pelo aniversário da Cidade de Florestópolis, em data de 14 de novembro.

Outrossim, solicita seja dado ciência ao Sr. José Antônio Moraes, Prefeito Municipal; ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no DETRAN, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no DETRAN por mais 90 (noventa) dias de acordo com a Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952 e demais dispositivos que regula a matéria.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1980.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido justifica-se pelo fato de ter-se esgotado o prazo regulamentar para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão sem que isso tivesse sido levado a termo, e se fazer necessário que os mesmos sejam concluídos face haver em tese profundas irregularidades quanto à concessão de carteiras de motoristas em nosso Estado.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 165/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA SÃO JOÃO MARIA AGOSTINHO, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade atendimento às pessoas carentes de vestuários, alimentação e atendimentos aos idosos e crianças necessitadas de apoio moral e espiritual.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, quando a nossa bancada, através do Deputado Fidelcino Tolentino apresentava uma emenda ao abono de trinta por cento, remetido pelo Sr. Governador a esta Casa, para que votássemos em regime de urgência, no nosso entendimento, ao analisarmos aquela Mensagem, na essência de seu bojo, vimos a necessidade real, e o próprio reconhecimento do Governo de que o salário dos servidores públicos está totalmente defasado.

Mas, esse abono, no nosso entendimento, é uma medida paliativa. E dentro desse critério, dentro do que a Oposição podia fazer, Sua Excelência apresentou essa emenda, para que

houvesse um nivelamento por baixo e não por cima, como hoje existe dentro da própria estrutura de trabalho, dentro da estrutura de salários.

É uma medida paliativa, porque realmente achamos que o Partido do Governo deveria envidar todos os esforços, com todos os partidos com assento nesta Casa, para que, juntos, lutassem para que fosse dado o décimo terceiro salário ao servidor público estadual, como outros estados já o fazem.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para analisarmos o regime de força que ainda existe dentro desta Nação: a falta de liberdade para que todas as classes possam reivindicar os seus legítimos direitos por melhores salários.

E qual não é nossa surpresa, Sr. Presidente, vemos os jornais de hoje, estampando que 40 oficiais da Polícia Militar foram presos, por terem participado de uma reunião, lutando por melhores salários, por melhoria de trabalho.

Sem dúvida alguma, isso nos leva a perguntar que abertura é essa, que País é este, que Estado é este, que homens conscios de suas responsabilidades, fazem uma reunião para reivindicarem melhores salários, para reivindicarem os seus direitos legítimos e são presos? Isso vem mostrar à Nação brasileira que o arbítrio impera ainda, que o arbítrio impera neste Estado.

Quero, em meu nome pessoal, deixar aqui a minha solidariedade a esses oficiais da Polícia Militar que foram presos, ou que ainda se encontram presos, por terem participado de uma reunião em prol de melhores salários.

Fica aqui a nossa repulsa por esse ato, a nossa repulsa porque não se justifica que cidadãos que se reúnem para reivindicar melhores salários, para desencadear um movimento em prol de melhores salários, sejam presos, tolhendo a sua liberdade, tolhendo a liberdade que é o mais legítimo do cidadão e que está inserido na Constituição do País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de 16 anos de arbítrio aberto, franco e indiscutível, abriu-se a fase do arbítrio velado.

E, aos poucos a sociedade brasileira vai conquistando seu espaço, vai retomando sua posição, buscando legitimar-se, perante a própria institucionalização dos poderes.

O MDB, o antigo Partido de Oposição, a antiga sigla que detinha, sobre seus ombros, todo o aglomerado oposicionista do regime vigente, desde a sua fundação, buscava o entendimento de que todos os mandatos populares deveriam legitimar-se através de eleições diretas, de consultas permanentes à fonte legítima do poder que é, o voto popular, o voto universal, e, no programa do antigo MDB, entre outras conquistas constavam, depois de 68, a extinção do AI-5, entendia que, pela Constituição de 67 houvera, já, o remanejamento de um período de exceção abrupto e contrário aos interesses do povo brasileiro, das camadas populares mas, através da Constituição de 67, com a queda do segundo Presidente da chamada Revolução poderia se dizer que o País começava a voltar à sua normalidade institucional; acontece que, por um golpe, um segundo golpe militar, derrubou-se a Constituição de 67 e o então saudoso Vice-Presidente Pedro Aleixo, homem de letras jurídicas, de posições firmes, serenas, estribadas no primado da legitimidade, foi banido, foi afastado da sua investidura à Presidência da República.

Veio então o AI-5 e com ele um caudal de leis de exceções que, no longo dos anos teve o seu ponto máximo, no então Governo Médici. O MDB prosseguiu na sua programação, prosseguiu na sua busca de conquista à normalidade institucional,

visava a extinção do AI-5, promoveu múltiplos e vários movimentos populares por toda esta Nação e não faltaram vozes para ecoar àquele anseio legítimo, àquele anseio que encarnava pelo pensamento do povo, na sigla do MDB; buscava também, as prerrogativas constitucionais surrupiadas do Congresso Nacional, procurava também a reorganização de partidos políticos que fossem legítimos representantes de correntes de pensamento da opinião pública nacional - as eleições diretas, a anistia, a extinção da Lei Falcão, pleitos para Presidente da República, para prefeitos de capitais, de Estâncias Hidrominerais, de Faixas de Segurança Nacional, além das eleições diretas para Governador do Estado.

Eu pergunto, Sr. Presidente: depois da votação de ontem no Congresso Nacional, em que 446 Parlamentares das duas Câmaras ou, do Senado e da Câmara Federal, votaram favoravelmente às eleições diretas somente para Governador do Estado, é de se perguntar: depois de já estar imbuída da Constituição antes do advento do "pacote de abril" já existia a eleição direta cujos Governadores, hoje, gerindo os negócios públicos das unidades federativas, já eram de ser eleitos pelo voto popular? É de se perguntar: mesmo com esse "quorum" teremos eleições livres? É de se perguntar, Sr. Presidente: haveremos de ter eleições livres em 1.982?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — O nobre Deputado que se encontra na tribuna, passa a falar em nome da Liderança do Partido de Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Cá entre nós, Sr. Presidente, não é de se excluir a possibilidade de uma nova manobra, dentro mesmo desta programação que se convencionou chamar de gradual, lenta para chegar-se à democracia possível ou à democracia brasileira.

Reorganiza-se os Partidos Políticos, e várias agremiações estão aí a nascer.

O Governo já se articulou e a cada dia, nota-se que a própria sigla adotada pelo Governo, o PDS, já começa a perder alguns parlamentares eminentes que houveram por bem abandonar a sigla oficial.

Quem sabe até, gostariam de participar de uma outra sigla que não aquela adotada.

Quem sabe até, prevendo a possibilidade de nova ruptura entre a classe política e a classe dominante, os homens que detêm o Poder hoje da República e das parcelas da República.

Como é que poderíamos entender, que este processo gradual de abertura adotada pelo Governo, pudesse chegar a uma democracia legítima ou pelo menos a uma democracia que os autores têm dito, aquela em que há permissão da maior parcela de liberdades públicas.

Surgiram então, dizíamos, os novos partidos políticos que foi uma conquista popular indiscutível, não foi concessão ou ato de arbítrio e também do próprio Poder.

Mas, foi sim, uma mutilação que o próprio Poder vem sofrendo através da pressão popular.

E, para que se mantenha no Poder, não há alternativa, ou se faça um confronto público e até sangrento possivelmente, ou então se faz concessões da chamada alternativa de buscar a democracia.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, cumprimento Vossa Excelência pela oportunidade do seu pronunciamento, quando ontem o Congresso Nacional devolveu ao povo o seu legítimo direito usurpado de escolher governadores de Estado.

Sem dúvida alguma, nobre Deputado, nós nos rejubilamos com este evento, porque ele vem devolver o mais sagrado direito do povo que é escolher o seu Governador de Estado. Mas, as conquistas não podem parar aí, a luta não pode parar aí. E que

fique bem claro, eminente Deputado, nesta conquista da volta da escolha dos Governadores por eleição direta, de que como quer o Governo fazer crer à opinião pública, de que é uma dádiva dele.

Absolutamente, foi uma conquista dos movimentos populares, foi uma conquista do povo, foi uma conquista do nosso Partido que, de primeira hora, sempre pregou as eleições diretas para Governadores e para Presidente da República, enfim, para todos os níveis.

Esta história do Governo querer colocar no pedestal o seu Partido, o PDS, que foi ele que estava devolvendo, absolutamente. Isto nos leva àquela história do bode, daquela família em determinado País, que morava num apartamento meio pequeno, mas vivia reclamando com a pessoa responsável por aquele setor de moradia de que o apartamento era muito pequeno e de que a vida era um inferno.

Esta pessoa responsável não aguentando mais as reclamações, um dia pega e entrega um bode para esse cidadão e pede para que ele passe a tratá-lo e esse bode passe a morar com a sua família. Aí a coisa virou um inferno. Passados 10 ou 15 dias, ele volta a esse senhor e pede pelo amor de Deus que ele tire o bode do seu apartamento, que a vida lá era insustentável.

Ele pega e tira o bode, e todos viveram felizes para sempre. Assim quer fazer o Governo crer que é uma dádiva dele. Absolutamente. As conquistas, as lutas não podem parar aí. Temos que chegar à Presidência da República livre e direta pela escolha do povo.

E aproveito esta oportunidade dizendo que, entendendo até o objetivo da bancada do PDS nesta Casa, em que fez uma moção de apoio ao General Interventor Ney Braga, que governa este Estado, lançando-o para Presidente da República, eu acho que deveriam era lançar para as eleições livres onde o povo pudesse escolher e não para uma eleição indireta que ainda se encontra no bojo do poder discricionário implantado neste País.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A seguir. Um minutinho, por favor.

Evidentemente, Deputado Darcy Deitos, que o Governo vai recuando e não há como não recuar. E o ponto culminante desses recuos, será desaguar na Assembléia Nacional Constituinte.

Não há outra alternativa e será uma nova conquista que as oposições estão a reclamar, a mobilizar e inclusive mobilizando-se agora no dia 15, que seria o dia das eleições para Prefeitos e Vereadores em todo o País.

A oposição alinhada na sigla do PMDB, procura levar uma mensagem do que seja a Assembléia Nacional Constituinte ao povo brasileiro.

E esta, realmente disse bem Vossa Excelência, e esta posição de conquista ou este fato conquistado não é uma idéia do Governo apenas, porque o Governo não tem este tipo de imaginação. Depois da conquista da eleição direta para Governador do Estado, haveremos de ter também conquistados os pleitos diretos em todo o País para Prefeitos e Vereadores, sem nenhuma exceção.

Após esta conquista, temos ainda um problema que durante 500 anos se fala neste País, que é a reforma agrária, pois esse é o cancro mais difícil que tem para solucionar os problemas de natureza sócio-econômica e institucional do País.

Aí está o grande problema, além do qual a insatisfação que causa o centralismo financeiro do Governo através dos juros liberados para os senhores banqueiros, para os senhores donos

de toda a economia e das finanças que circula neste País, vem aqui o Sr. Presidente do Chade Manhattan Bank, e os Ministros todos se alinham sob sua presidência em reuniões e aí se liberam os juros para as casas do BNH, e para os negócios junto a bancos particulares.

Depois, Sr. Presidente, de que forma podemos entender inversamente? Não são os banqueiros internacionais que ditam normas neste País?

Somente através de uma Assembléia Nacional Constituinte é que o povo convocado para legitimar-se no poder reorganizando jurídica e institucionalmente o País através de uma carta que seja a expressão legítima da vontade popular.

Só através de uma Constituinte, que também será uma conquista das oposições, não só das oposições partidárias mas das resistências civis, da sociedade civil que há muito tempo estão aí a reclamar passivamente, serenamente, buscando a persuasão do Governo que se mantém renitente nesta trajetória da resistência das conquistas populares.

As eleições diretas, estão longe de ser uma conquista do Governo.

Todos sabemos e o próprio Governo sabe, tanto sabem que aí está a Lei de Imprensa. O controle de todo o mecanismo de pagamento dos organismos de imprensa para tolher a liberdade de quantos jornalistas têm sido vítimas deste regime.

Arvoram-se que há liberdade de imprensa, mas ao contrário, o que há é um jogo de interesse capitalista que manipula com as empresas e elas, inclusive, são vítimas do próprio regime. E os jornalistas, muitas vezes, vêem os seus artigos mutilados, alterados.

E o Governo fala de liberdade de imprensa.

Assistimos, recentemente, a votação das prerrogativas no Congresso Nacional, e aí então, Sr. Presidente, fazemos uma comparação da votação das mesmas e das eleições diretas para o Governador do Estado. Neste cotejo, temos uma crucial dúvida: será que 446 parlamentares, de uma hora para outra, vêm e votam favoravelmente às eleições diretas para Governador do Estado?

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No nosso entender, há uma iminente manobra; porque não podemos acreditar no Governo. O Governo está sem nenhuma credibilidade popular.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Deputado Gabriel Manoel...

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, para que Vossa Excelência complementemente, vou declinar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, só para lembrar um fato ilustrativo do que Vossa Excelência vem realmente dizendo aqui a respeito da imprensa, a respeito da conquista do povo nas eleições diretas.

Ainda ontem, assistindo o Jornal Nacional, víamos uma entrevista feita com o nobre líder da bancada do PDS e também com o nobre Deputado Ailton Cordeiro, sobre o assunto da carta enviada pelos professores na questão do funcionalismo público. Ao mesmo tempo que estavam dando entrevista, dizendo seus pareceres, estava como pano de fundo, ouvia-se claramente como pano de fundo, Vossa Excelência da tribuna falando sobre o mesmo assunto.

Quer dizer, como pano de fundo, pressionando, dando

ênfase e lá na frente estavam sendo entrevistados, dando opinião, contribuição, os nobres Deputados Erondy Silvério e Aírton Cordeiro.

O PMDB, sempre como pano de fundo.

Acho muito importante este pano de fundo do PMDB, que está sempre por trás, levando as coisas para que se realizem.

Portanto, é realmente uma conquista, é realmente um papel muito importante da Oposição nesta conquista de ontem. Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluo, Sr. Presidente.

E, que não queira o Governo dizer que ele está fazendo isto por deliberação sua. É uma conquista de todas as oposições no País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) A Mesa consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 53/80, (Mens. Govern. n.º 51/80), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios aqui nominados, objetivando a construção de centros esportivos e outras correlatas nas sedes destes municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 53/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios adiante mencionados: Umuarama, em 28/08/79; Toledo, em 02/09/79; Francisco Beltrão, em 05/09/79; Foz do Iguaçu, em 10/09/79; Palmas, em 12/09/79; Colorado, em 19/09/79; Pato Branco, em 05/10/79; Castro, Irati e Iretama, em 31/10/79; Campina Grande do Sul, em 20/11/79; Palmeira, em 04/12/79; Antonina, Antônio Olinto, Araucária, Balsa Nova, Cândido de Abreu, Cascavel, Catanduvas, Cidade Gaúcha, Cruz Machado, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Florai, Flórida, General Carneiro, Icaraíma, Inácio Martins, Iretama, Mamborê, Mangueirinha, Matelândia, Matinhos, Paranapoema, Rebouças, Renascença, Rio Azul, São João do Triunfo, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, São Mateus do Sul, Siqueira Campos, Terra Rica, Umuarama, União da Vitória e Uraí, em 02/05/80, objetivando a construção de centros esportivos e outras obras correlatas nas sedes dos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 54/80, (Mens. Govern. n.º 58/80), que aprova o Termo de Re-Ratificação do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de LONDRINA, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 54/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Re-Ratificação datado de 08 de julho de 1980, ao convênio celebrado em 11 de setembro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de LONDRINA, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da Sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 55/80, (Mens. Govern. n.º 57/80), que aprova os termos de Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e os Municípios aqui nominados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, referente ao exercício de 1980. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 55/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados:

Município	N.º do Convênio	Data da celebração
Alto Piquiri	82/80	27/06/80
Andaraí	83/80	27/06/80
Antonina	70/80	27/06/80
Apucarana	44/80	27/06/80
Assaí	96/80	30/06/80
Assis Chateaubriand	57/80	27/06/80
Astorga	74/80	27/06/80
Bandeirantes	67/80	27/06/80
Barbosa Ferraz	92/80	27/06/80
Bela Vista do Paraíso	81/80	27/06/80
Cambará	79/80	27/06/80
Cambé	64/80	27/06/80
Campina da Lagoa	102/80	27/06/80
Campo Mourão	47/80	30/06/80
Castro	63/80	27/06/80
Céu Azul	104/80	27/06/80
Cianorte	48/80	27/06/80
Cornélio Procopio	51/80	30/06/80
Cruzeiro do Oeste	61/80	27/06/80
Formosa do Oeste	100/80	27/06/80
Francisco Beltrão	59/80	27/06/80
Goioerê	58/80	27/06/80
Guafra	60/80	27/06/80
Guaratuba	98/80	27/06/80
Ibaiti	101/80	27/06/80

Ibiporã	69/80	27/06/80
Iporã	62/80	30/06/80
Irati	72/80	30/06/80
Ivaiporã	54/80	27/06/80
Jacarezinho	56/80	27/06/80
Jaguariaíva	103/80	27/06/80
Jandaia do Sul	66/80	30/06/80
Lapa	84/80	27/06/80
Laranjeiras do Sul	85/80	27/06/80
Loanda	87/80	27/06/80
Mandaguari	65/80	30/06/80
Maréchal Cândido Rondon	75/80	27/06/80
Mariaiva	73/80	27/06/80
Mariluz	97/80	27/06/80
Medianeira	76/80	27/06/80
Moreira Salles	106/80	27/06/80
Nova Esperança	68/80	27/06/80
Palmas	77/80	27/06/80
Palmeira	99/80	27/06/80
Palotina	88/80	27/06/80
Pato Branco	55/80	27/06/80
Paranavaí	46/80	27/06/80
Peabiru	90/80	27/06/80
Piraí do Sul	93/80	27/06/80
Pitanga	91/80	27/06/80
Porecatu	94/80	30/06/80
Primeiro de Maio	105/80	30/06/80
Rio Negro	78/80	27/06/80
Rolândia	53/80	27/06/80
Santa Mariana	95/80	27/06/80
Santo Antônio da Platina	71/80	27/06/80
Santo Antônio do Sudoeste	89/80	27/06/80
São Mateus do Sul	109/80	27/06/80
Sertãoópolis	107/80	27/06/80
Telêmaco Borba	49/80	27/06/80
Terra Boa	108/80	27/06/80
Terra Roxa	80/80	27/06/80
Toledo	52/80	27/06/80
Ubiratã	86/80	27/06/80
Umuarama	45/80	27/06/80
União da Vitória	50/80	27/06/80

objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, referentes

ao exercício de 1980, em obras públicas nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando votos de regozijo pelo aniversário da cidade de Florestópolis, em data de 14 de novembro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando a prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades no DETRAN, por mais 90 (noventa) dias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse o prazo solicitado no requerimento, tendo em vista que, quer me parecer, já está esgotado o prazo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa esclarece ao nobre Deputado, conforme leitura já procedida pelo Sr. 1.º Secretário, o prazo é de 90 (noventa) dias.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/80.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 134, 139, 147, 148, 149 e 151/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 61, 62 e 63/80.

Levanta-se a Sessão.